

A MIRAGEM DE UM OÁSIS: A PRIMAVERA ÁRABE NO IRAQUE

Yesa Portela Ormond¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: ye.sa@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo busca analisar a conjuntura na qual o Estado iraquiano esteve inserido nos últimos anos, bem como a dinâmica da Primavera Árabe que permeou as manifestações que tiveram lugar em 2011. Parte-se da premissa que a ineficácia da Primavera Árabe no Iraque se deve a eventos precedentes que contribuíram para instabilidade do Estado e de sua sociedade, quais sejam: a intervenção estadunidense e a profunda segmentação social delineada no início do século XX. Por isso, acredita-se que a Primavera iraquiana de 2011, apesar de empreender demandas relevantes, não foi plenamente exitosa e não realizou todo seu potencial.

PALAVRAS-CHAVE

Primavera Árabe; Iraque; Instabilidades; Manifestações.



Mosul

Kirkuk

IRAQUE

Bagdá

Najaf

INTRODUÇÃO

Após as intervenções estadunidenses de 2003 ao Iraque com a Operação Liberdade Iraquiana e a consequente derrubada de Saddam Hussein – depois de 12 anos da Segunda Guerra do Golfo (1991) –, aparentemente, abriu-se espaço para uma nova estruturação política e econômica no país. Isso porque os Estados Unidos visavam empreender um projeto de *state (re)building*, “[...] even if they had neither the capacity nor the local knowledge to bring about”² (ROBINS, 2007, p. 391).

No entanto, percebe-se que a tentativa de estabelecer um rearranjo das bases iraquianas não obteve sucesso. Pelo contrário, a aparente oportunidade de reorganização logo se viu ameaçada pela continuidade das diferenças internas, marcadamente religiosas, entre xiitas (maioria populacional) e sunitas (minorias que governaram até então). Assim, nem mesmo com o julgamento e a morte de Saddam Hussein, em 2006, alcançou-se no país a estabilidade política vislumbrada e essa situação se agravou em 2011 com a saída das tropas estadunidenses.

Consequentemente, as crescentes tensões internas deram lugar para a expansão de movimentos que questionavam a situação vigente. Pode-se dizer que esses movimentos se inseriram em um espectro mais amplo que tomou conta de parte do Magreb e do Machrek³ durante 2011 e que trouxe consigo o anseio de mudanças imediatas nos âmbitos econômico, político e social.

Esses eventos evidenciaram e questionaram a longevidade de regimes governamentais, bem como o profundo sectarismo que permeava as estruturas desses países. Por isso, a partir de sua intensidade, vislumbrou-se, ao menos em um primeiro momento, o fim de um longo inverno e o início de uma promissora primavera: a Primavera Árabe.

Desse modo, assim como a queda do muro de Berlim representa, simbolicamente, o fim da Guerra Fria, a autoimolação do jovem tunisiano Mohammed Bouazizi, em dezembro de 2010, denunciou o desespero social que tomava conta não apenas da sociedade tunisiana, mas de países vizinhos com históricos e estruturas semelhantes. Associada a esse cenário de corrupção, repressão e incompetência, uma crescente onda de empatia envolveu populações e, a partir da politização dessa empatia, iniciaram-se demandas pujantes que desafiaram os governos bem como as elites dominantes de modo a promover um sistema político livre e uma economia desenvolvida (DODGE, 2012).

Com base na análise de Wimmen (2014), pode-se dizer que, mesmo que de maneira limitada, a dinâmica da Primavera Árabe fez com que as barreiras entre setores da sociedade fossem ultrapassadas a partir de

narrativas de (re)conciliação em prol da unidade nacional. Em outras palavras, ainda que brevemente, as demandas populares por justiça social e contra a opressão política, aparentaram unicidade. Desse modo, em países como o Egito e a Tunísia, os regimes de Hosni Mubarak e Zine El Abidine Ben Ali foram derrubados. Além disso, as elites dominantes se viram pressionadas a lidar com as demandas da população.

O Iraque, por sua vez, constituía um exemplo de país enfraquecido por intervenções externas, incapaz de controlar seus atores políticos e sua incessante exploração da identidade sectária na condução da política e na tradução de interesses de suas elites (WIMMEN, 2014). Por isso, deve-se ter em mente que no caso iraquiano, apesar da relevância das demandas empreendidas, uma série de deficiências resultantes da deterioração do Estado, a partir da intervenção estadunidense, bem como devido a profunda segmentação social, impediu que os movimentos inseridos no contexto da Primavera Árabe realizassem todo seu potencial.

Desse modo, o presente artigo busca analisar a conjuntura na qual o Estado iraquiano estava inserido nos últimos anos, bem como a dinâmica que permeou as manifestações que tiveram lugar em 2011. Parte-se da premissa que a ineficácia da Primavera Árabe no Iraque se deve a eventos precedentes que contribuíram para a instabilidade do Estado e da sociedade iraquianos. Por isso, a Primavera iraquiana de 2011, apesar de delinear demandas relevantes, não foi plenamente exitosa.

BASES PARA A DESESTABILIZAÇÃO IRAQUIANA

Certamente as guerras têm sido, historicamente, instrumentos capazes de realizar profundas transformações na arena política internacional. Na contemporaneidade, o Oriente Médio tem experimentado essa dinâmica: partindo da divisão do Império Otomano (1920), a implantação do Estado de Israel (1948) e a crise de Suez (1956), perpassando pela Guerra dos Seis Dias (1969), a Guerra do Yom Kippur (1973), até as Intifadas (1987-1993; 2000-2005) e as três Guerras do Golfo (1980-1988; 1991; e 2003) (ROBINS, 2009). Contudo, a questão da guerra é ainda mais profunda, pois não se atém apenas ao corpo militar em um campo de batalhas, mas custa vidas, de militares e civis, bem como possui altos custos financeiros.

Entende-se que historicamente, o Iraque, além de ser um Estado artificial criado no início do século XX sob o domínio de grandes potên-

cias, se viu cada vez mais cercado pelo concerto dos vencedores no cenário internacional. Sendo assim, em 1990, foi notável a ação dos Estados Unidos contra o Iraque, com o consentimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em decorrência da anexação do Kuwait como 19ª província iraquiana. Para tal, imperou a justificativa da necessidade de manutenção da soberania do país invadido e da administração da ordem e segurança internacionais.

Ao observar a dinâmica da região neste contexto, é possível entender que os interesses dos Estados Unidos ali eram vitais e profundos. Consequentemente, quando, em 02 de agosto de 1990, Saddam Hussein concretizou as ameaças de anexação do Kuwait, logo em seguida foi emitida, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a resolução 660/90. Nela foi requerido que Bagdá retirasse suas forças do território kuwaitiano para que imediatamente se desse início ao processo de negociação da paz entre os dois vizinhos. Não lograda a solução da beligerância, *a priori*, foram reiteradas as tentativas por meio da emissão de outras resoluções pelo CSNU. Efetivamente, tais resoluções se fizeram presentes inclusive após o início da intervenção estadunidense, em 12 de janeiro de 1991 (RESOLUTION 660 OF 1990).

Mais adiante, frente à ausência de avanço no processo, a resolução 678/90 demandou que o Iraque abandonasse de imediato todas as tentativas de anexação do Kuwait; que aceitasse sua responsabilidade perante todos os danos causados ao Kuwait e a Estados-terceiros; que libertasse imediatamente os prisioneiros de guerra; que devolvesse as propriedades ocupadas ao Kuwait; e, que cessasse suas hostilidades. (RESOLUTION 678 OF 1990).

No que se refere ao conflito, os Estados Unidos mobilizaram, de pronto, cerca de 100 mil soldados para promover a retirada iraquiana do Kuwait e, concomitantemente, defender seus interesses para com a monarquia saudita. Para tanto, realizou-se, em primeiro lugar, a *Operation Desert Shield*, de modo a garantir efetivos capazes de defender eventuais ataques a Arábia Saudita (BANDEIRA, 2009).

Com o esgotamento do *ultimatum* lançado pela ONU, os Estados Unidos lideraram, a partir do dia 15 de janeiro de 1991, a *Operation Desert Storm*. Ao seu lado participou uma coalizão de 62 países, dentre os quais destacaram-se a Grã-Bretanha e a França, ademais dos países da Liga Árabe que assentiram a presença estadunidense. Assim, ao fim de seis semanas de investidas militares, a soberania kuwaitiana foi restaurada. O Iraque se viu, então, constrangido por onerosas sanções e “Os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para instalar bases na Arábia Saudita e promover a venda consignada de armamentos no va-

lor de bilhões de dólares, ao mês, nos anos subsequentes” (BANDEIRA, 2009, p. 510).

Com o cessar-fogo e a derrota do Iraque, apesar da retirada dos Estados Unidos, as manobras políticas locais e regionais permaneceram. As sanções do CSNU persistiram com as exigências de que Saddam Hussein cumprisse as resoluções até então emitidas. Em 08 de abril de 1991, a Resolução 687 reafirmou o *status* de Estado soberano do Kuwait e, concomitantemente, estabeleceu a Comissão Especial das Nações Unidas sobre o Iraque (UNSCOM), de modo a eliminar, sob supervisão, as Armas de Destruição em Massa (ADMs)⁴ em posse do Iraque, bem como os meios de produzi-las (RESOLUTION 687 OF 1991).

Chomsky (1999) sustenta a ideia de que o Iraque foi punido não pela sua ação, mas porque Saddam Hussein “pisou em falso” e deixou transparecer suas ambições de alterar o equilíbrio de poder regional. O perigo expansionista era vislumbrado porque o Iraque da década de 1990, possuía “um arsenal de mísseis balísticos [...] e uma força aérea com capacidade de penetrar profundamente no território de seus inimigos” (BANDEIRA, 2009, p. 508). Assim, como afirma Robins (2009), “[...] the 1990-1 Iraq-Kuwait crisis was widely seen as an American trick to lure Saddam’s Iraq, the strongest force in the Arab world, into a trap, with the result that its ability to project power had been greatly diminished”⁵ (p. 292).

Como destaca Bennoune (2002), o cerne dos direitos humanos, ou seja, o direito à vida, foi violado durante e após a Guerra do Golfo. O acesso a remédios, à comida e à água limpa era demasiadamente limitado. Desse modo, para além da legalidade da restauração da soberania do Kuwait e da retirada do poder de um líder (Saddam), cujas ações eram consideradas antidemocráticas e desumanas, afetou-se a infraestrutura do Iraque, violou-se sua soberania e promoveu-se um efeito devastador na vida de sua população.

Entende-se que as intervenções no Iraque foram constantes desde 1990, mas que a completa exclusão de Saddam Hussein do Iraque não foi totalmente favorecida pela conjuntura internacional nesse primeiro momento⁶. Deste modo, alguns anos depois, os eventos de 11 de setembro de 2001 foram encarados como cruciais para a concretização dos anseios estadunidenses.

Assim sendo, empreendeu-se, em um primeiro momento, a Guerra contra o Afeganistão, em 2001. E, além disso, mesmo que indiretamente, os ataques de 11 de setembro intensificaram o projeto de transformação do Iraque e, concomitantemente, a finalidade de preservação da hegemonia incontestada estadunidense. Isso porque o Iraque era um país

especial devido a três motivos: era um Estado enfraquecido; possuía reservas de petróleo; e, já havia desafiado abertamente aos Estados Unidos (MANN, 2006). Por isso, como demonstra Bandeira (2009) é esse momento que o governo encontrou para cumprir uma pendência da Segunda Guerra do Golfo: retirar Saddam Hussein do poder. E esse objetivo foi sustentado por meio da elaboração, em junho de 2002, da “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”⁷ e por meio do empreendimento da Guerra Global ao Terror (GGT), em 2003.

Desse modo, mesmo diante das alegações de cooperação provenientes dos inspetores da UNSCOM e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), bem como da ausência de provas acerca da existência de ADMs, e da falta de unanimidade do CSNU quanto a empreender ações militares, os Estados Unidos não se deram por satisfeitos. Assim, os EUA, sem o consentimento do CSNU e mesmo da Opinião Pública⁸, anunciaram, em 17 de março de 2003, que os meios diplomáticos haviam sido esgotados, que o CSNU havia sido reticente e que, então, de modo a evitar a instabilidade mundial, medidas militares seriam tomadas⁹. Mantendo essa postura e “[...] como demonstração de boa vontade, deram um *ultimatum* de 48 horas [a Saddam]” (PECEQUILO, 2003, p. 3).

A ação armada no Iraque proporcionou aos Estados Unidos uma vitória rápida – a ocupação ocorreu em menos de um mês. O governante, Saddam Hussein, não foi capturado de imediato – tendo sido encontrado apenas em dezembro do mesmo ano. Por outro lado, seu regime de 24 anos foi derrubado (BLIX, 2004). Assim, ademais da eliminação de centros de comando iraquianos, o efetivo militar foi desmoralizado. E, ao que parece, deu-se mais atenção à ação militar em si do que para a futura pacificação (MANN, 2006).

Para Walzer (2000, apud Costa, 2005), toda e qualquer força proveniente do exterior nunca está em posição de criticar e de intervir em uma realidade alheia, dado que não conhece suficientemente seu governo, seu povo, sua história e muito menos suas tradições. Assim, a própria necessidade de intervenção militar e, posteriormente humanitária, deixa em evidência um elevado grau de destruição que pode, paulatinamente, levar a um vazio político.

Assim, se de um lado as operações armadas no Iraque foram bem-sucedidas – ao restaurarem a soberania do Kuwait e ao derrubarem o regime ditatorial de Saddam – os meios utilizados careciam de argumentos aceitáveis legalmente e são considerados equivocados¹⁰. Ainda, se de um lado Saddam Hussein conseguiu manter seu regime intacto

após 1991, de outro, teve que administrar um país diretamente afetado por embargos promovidos pelas Nações Unidas. Além disso, teve que lidar com as hostilidades, como as que podem ser evidenciadas nas operações empreendidas pelos Estados Unidos. Assim, até 2003, viveram-se 13 anos de violação da soberania do Iraque através da imposição de embargos e de resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) que autorizavam medidas mais extremas.

Dessa maneira, por trás de toda lógica e de todo jogo empreendido pelas unidades estatais e econômicas, não se instituiu apenas uma máquina política falida, mas efetuaram-se uma série de crimes contínuos contra populações civis, que se viram afastadas de condições básicas de sobrevivência, ao terem sua infraestrutura e seus meios de produção destruídos a partir da imposição da democracia externa.

PRIMAVERA IRAQUIANA?

Como demonstra Wimmen (2014), a estrutura do Iraque independente foi, desde seu início, delineada a partir de clivagens sociais, marcadamente entre xiitas e sunitas¹¹. Por isso, durante o século XX foi perceptível a dominância política e econômica de sunitas e a consequente marginalização dos xiitas¹². Essa segmentação se tornou mais evidente durante o governo de Saddam Hussein (1979-2003) e pode ser ilustrada pela promoção do massacre de 148 xiitas, que anos depois recebeu o nome de Caso Dujail e foi elencada, em dezembro de 2006, como um dos Crimes Contra a Humanidade cometidos por Saddam.

Quando o regime de Saddam Hussein foi derrubado, aventou-se a possibilidade de que uma representatividade política fosse estabelecida de maneira mais equânime. Além disso, durante o período de ocupação externa, foi criado o Conselho Governamental Iraquiano que buscou formalizar uma estrutura de distribuição de poder igualitária. Para tanto, votações foram realizadas e indicaram que a maioria dos cidadãos iraquianos não era favorável a uma organização sectária.

Entretanto, o vácuo de poder pós-2003 trouxe consigo a tentativa de ascensão de milícias sectárias. Isso porque, a partir da derrubada do regime baathista de Saddam Hussein, abriu-se espaço para que grupos até então marginalizados, quais sejam xiitas e curdos, exprimissem suas demandas. Possibilitou-se, principalmente, que os xiitas se fortalecessem enquanto atores políticos, substituindo o poderio sunita de até então. Assim, ao contrário da equidade esperada, houve uma inversão de

papeis. Os xiitas, maioria populacional, se tornaram a nova elite política e mantiveram a centralidade do sectarismo. Desse modo, explorou-se, tanto do lado sunita quanto do lado xiita e de maneira cíclica, o medo do “outro” (HADDAD, 2013).

Ademais, em 2005, a partir das tentativas de ascensão política Xiita e do consequente boicote sunita a essa postura, criou-se um ambiente propício para insurgências; insurgências essas que entraram em ebulição durante 2006 sob a forma de uma guerra civil (WIMMEN, 2014). Assim, mesmo sob tentativas, durante os anos de 2008 e de 2010, de equalizar a representatividade sunita e xiita, as divisões internas e o governo do Primeiro Ministro (xiita) Nouri al-Maliki (2006-2014) conseguiram promover a marginalização sunita. Por isso, conforme demonstra Dodge (2012), a mudança de regime em Bagdá trouxe consigo a explosão do caos e da violência, permitindo que os novos líderes agissem com punhos de aço de modo a se manterem como guardiões da ordem.

Frente a esse cenário de marginalização, corrupção e insegurança emergiram, em fevereiro de 2011, e no contexto da Primavera Árabe, protestos empreendidos principalmente por jovens e ativistas¹³. Entretanto, cabe ressaltar, conforme salienta Al-Rawi (2014), que as manifestações que tiveram lugar em Bagdá – em sua própria praça Tahrir e em redes sociais – diferentemente do que ocorreu no Egito e na Tunísia, não demandavam, essencialmente, a derrubada do governo, senão o fim da corrupção e melhoras nos serviços públicos.

De maneira paulatina, esses movimentos abraçaram (ou, ao menos, tentaram abraçar) a bandeira da unidade nacional. Al-Rawi (2014) destaca que as manifestações possuíram, também, caráter menos violento se comparadas às manifestações egípcia e tunisiana. Os movimentos de 2011 também se destacaram pela rejeição da participação de partidos que faziam parte da estrutura governante. Mesmo assim, como indica Wimmen (2014), isso não impediu queixas por parte dos partidos xiitas que tentavam denunciar os movimentos como um púlpito para baathistas (sunitas).

Além disso, deve-se destacar que, apesar do caráter pouco violento das manifestações, a resposta, dada por Nouri al-Maliki não foi pacífica. O Primeiro Ministro agiu de modo a minar os movimentos se utilizando de duas vias: a primeira tentou abalar a atmosfera de unidade a partir de ameaças de uso de violência; e, a segunda, se manifestou por meio do uso efetivo da força (WIMMEN, 2014). Assim, destarte os esforços de parte dos manifestantes de modo a conter os abalos na unidade dos movimentos, a propaganda do medo e o uso da força minaram a força

das manifestações. E, a partir dessas desvantagens, impediu-se que a narrativa de (re)conciliação nacional fosse realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às baixas habilidades para coordenar o desenvolvimento interno e desobstruir os problemas de segurança locais, somaram-se, como agravantes para a situação iraquiana, as profundas raízes históricas, dada a interferência de potências externas (Império Otomano, Grã-Bretanha e Estados Unidos) cujos interesses orquestraram a dinâmica local. Ainda, percebe-se que a atuação estadunidense, iniciada e intensificada nos anos 1990, teve efeitos diretos nas transformações ocorridas no Iraque.

As consequências das ações estadunidenses são evidenciadas quando se percebe que, desde 1990, o Iraque se viu preso a sanções que interferiram em seu desenvolvimento econômico e no bem-estar de sua população. Contribuiu-se cada vez mais, e como antes demonstrado, para uma situação humanitária deteriorante. Além disso, como salienta Mann (2006), a vitória militar de 2003 e a (des)ordem que se sucedeu no Iraque evidenciam que as ações estadunidenses com a GGT estavam mais preocupadas em levar a cabo ações militares e a derrubar Saddam Hussein do que em estabelecer a paz e um rearranjo político pós-conflito¹⁴.

Assim, destarte análises de autores como Tripp (2007) e Lewis (2008) que vislumbram o ano de 2003, a GGT e a derrubada de Saddam Hussein como uma possibilidade de recomeço para o Iraque, na qual a democracia finalmente teria a oportunidade de adentrar na vida de uma população oprimida pelo sectarismo; sustenta-se, neste artigo, que o Iraque, além de ser um Estado artificial, criado no início do século XX sob os auspícios de grandes potências, se viu cada vez mais cercado por imposições externas.

As intervenções da GGT agravaram a situação política, econômica e social do Iraque, transformando-o em um Estado incapaz de cumprir seus deveres enquanto ator soberano. Criou-se, assim, um ambiente que facilitou a emergência de conflitos internos e o aprofundamento do sectarismo. Desse modo, os protestos instigados por essa situação e intensificados em 2011 não atingiram seu potencial pleno. Pelo contrário, a partir da tomada de medidas de “segurança” por parte do governo iraquiano, quais sejam, o bloqueio de redes sociais e o uso de forças de segurança, desencadeou-se a violência em pontos fulcrais e, conse-

quentemente, os movimentos que tentavam ganhar voz foram sufocados¹⁵ (WIMMEN, 2014).

É interessante destacar que em 2012 e em 2013 despontaram novas manifestações no Iraque. Entretanto, esses movimentos, apesar de empreenderem demandas por mudanças sociais, não mais se utilizavam da proposta de (re)conciliação nacional, pois eram restritos apenas à parte sunita que demandava, acima de tudo, reparações a sua marginalização a partir da derrubada do governo de Saddam Hussein. Além disso, neste período, o cenário se mostrava ainda menos favorável, uma vez que o país passava por um momento de deterioração e adentrava em um novo ciclo de ataques terroristas. Assim, apesar da possibilidade de transformações positivas, o oposto aconteceu e deu-se lugar para a expansão de movimentos como o do Estado Islâmico (EI) – movimento este que visa apagar as fronteiras de Sykes-Picot¹⁶ e retornar à Era de Ouro por meio do (re)estabelecimento da *Ummah*¹⁷.

Ao contrário do que se vislumbrou, o transbordamento das fronteiras sociais no Iraque se tornou cada vez mais difícil. Dessa maneira, os movimentos iniciados em 2011 não demoraram a entrar em profunda crise, fazendo com que seus objetivos iniciais desaparecessem e fosse aberto espaço para que setores da sociedade retornassem a conflitos ainda mais profundos.

REFERÊNCIAS

ALI, Tariq. **Bush na Babilônia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

AL-RAWI, Ahmed. The Arab Spring and Online Protests in Iraq. **International Journal of Communication** 8(2014), 916-942. Disponível em: <ijoc.org/index.php/ijoc/article/download/2210/1110> Acesso em 20 ago. 2016.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra da Espanha a Guerra no Iraque**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BENNOUNE, Karima. **'Sovereignty vs. Suffering'?** Re-examining sovereignty and Human Rights through the lens of Iraq. Disponível em: <ejil.org/pdfs/13/1/466.pdf>. Acesso em 11 dez. 2014.

BLIX, Hans. **Desarmando o Iraque**. São Paulo: Editora A Girafa, 2004.

BUSH, George W. **Address to a Joint Session of Congress and the American People**. September, 2001. Disponível em: <georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html>. Acesso em 15 ago. 2016.

COSTA, Maria da Fátima Machado da. **Michael Walzer: A teoria da Guer-**

ra Justa e o Terrorismo. Dissertação de Mestrado. Universidade de Minho, Braga, 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5658/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%A1tima%20Machado%20Costa.pdf>>. Acesso em 24 ago. 2016.

CHOMSKY, Noam. **O que o tio Sam realmente quer**. Brasília: UNB, 1999.

DODGE, Toby. From the 'Arab Awakening' to the Arab Spring; the post-colonial state in the Middle East, in: DODGE, Toby. **After the Arab**

Spring: power shift in the Middle East? London School of Economics and Political Science, London, 2012. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR011/>

FI-
NAL_LSE_IDEAS_fromTheArabAwakeningToTheArabSpring_Dodge.pdf> Acesso em 18 ago. 2016.

Foreign Policy. Seven Questions: Bernard Lewis on the Two Biggest Myths About Islam, 2008. Disponível em:

<foreignpolicy.com/2008/08/20/seven-questions-bernard-lewis-on-the-two-biggest-myths-about-islam/> Acesso em: 05 set. 2016.

HADDAD, Fanar. Sunni-Shia Relations After the Iraq War. **United States Institute of Peace**. Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/PB160.pdf>> Acesso em 19 ago. 2016.

KEEGAN, John. **A guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2005.

MANN, Michael. **O Império da Incoerência: a natureza do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 6ª Ed., 2012.

PECEQUILO, Cristiana Soreanu. **A Política Externa Estadunidense: Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, O Médio Oriente e o Islão**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SECURITY COUNCIL. **Resolution 660 of 1990**. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/660\(1990\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/660(1990))>. Acesso em 18 ago 2016.

_____. **Resolution 678 of 1990**. Disponível em: <<http://www.cfr.org/international-organizations-and-alliances/un-security-council-resolution-678-iraq-kuwait/p11205>> Acesso em 18 ago. 2016.

_____. **Resolution 687 of 1991**. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687\(1991\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/687(1991))>. Acesso em 18 ago. 2016.

ROBINS, Philip. The War for Regime Change in Iraq. In: Fawcett, Louise. **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

TRIPP, Charles. **A history of Iraq**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WIMMEN, Heiko. Divisive Rule - Sectarianism and Power Maintenance in the Arab Spring: Bahrain, Iraq, Lebanon and Syria. **SWP Research Pa-**

per, 2014. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2014_RP04_wmm.pdf> Acesso em 23 ago. 2016.

Notas

¹ Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ). Pesquisadora Associada do Grupo de Análise Estratégica—Oriente Médio e África Muçulmana (GAE-OMAM).

² “[...] mesmo que eles não tivessem nem a capacidade, nem o conhecimento local para leva-lo a cabo” (ROBINS, 2007, p. 391, tradução nossa).

³ Norte da África (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito) e Oriente Médio (Arábia Saudita, Autoridade Nacional Palestina, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Israel, Jordânia Kuwait, Líbano, Omã, Qatar e Síria.), respectivamente.

⁴ Cabe ressaltar que o termo “armas de destruição em massa” faz referência a armas químicas, biológicas e nucleares e não inclui, de outro lado, armas convencionais, que são tão destrutivas quanto. O uso da expressão ADMs acabou adquirindo um sentido tendencioso, uma vez que é direcionado contra países da periferia, mas não contra as potências que as possuem em quantidade superior. Curiosamente, se não houvesse juízo de valor, os Estados Unidos seriam considerados os maiores possuidores de ADMs, bem como os seus maiores multiplicadores, por meio de vendas realizadas ao exterior (MANN, 2006).

⁵ “A crise do Iraque-Kuwait 1990-1 era amplamente vista como um truque americano para atrair o Iraque de Saddam Hussein, a força mais poderosa no mundo árabe, em uma armadilha, com o resultado de que sua capacidade de projetar poder tinha sido grandemente diminuída” (ROBINS, 2009, p. 292, tradução nossa).

⁶ A partir de uma análise menos pontual, poder-se-ia aventar a possibilidade de que na administração dos Estados Unidos que se seguiu sob a presidência de William (Bill) Clinton (1993-2001), as atenções voltadas ao Oriente Médio foram quase nulas. Certamente porque a atenção dispensada aos Bálcãs foi mais enfática. Entretanto, apesar de sua postura aparentemente inercial, no que tange ao Iraque, ofensivas militares foram levadas a cabo como a *Operation Desert Fox*, em 1998. O objetivo da operação era minar a posição de Saddam Hussein e a produção de ADMs. Além disso, a *Operation Desert Fox* também visava conter o Irã. Tratava-se, como define Pinto (2003), de uma política de dupla contenção.

⁷ Tal estratégia, que viria a ser conhecida como doutrina Bush, enfatizava a ação estadunidense para com países considerados inimigos, grupos terroristas e quaisquer ameaças.

⁸ “No dia 15 de fevereiro de 2003, mais de oito milhões de pessoas marcharam pelas ruas de cinco continentes contra uma guerra que ainda não começara. Esta primeira mobilização verdadeiramente global, de tamanho, alcance ou escala sem precedentes, buscava impedir a ocupação do Iraque que vinha sendo tramada no Pentágono” (ALI, 2003, p. 156).

⁹ Para levar as contramedidas adiante, os Estados Unidos alegaram legítima defesa. Deste modo, quaisquer medidas poderiam ser tomadas e não acarretariam em responsabilidade internacional. Isso porque se entendia, internamente, que existiam danos anteriormente verificados que constituíam agressão injusta e exigiam reação estatal imediata, “[...] necessária à preservação de pessoas e da dignidade do Estado” (MAZZUOLLI, 2012, p. 591). Assim, buscar-se-iam justificativas a partir do direito de conservação estatal.

¹⁰ Além disso, reitera-se que o petróleo também impulsionou as ações estadunidense. Isso porque o Iraque está entre as 5 maiores reservas comprovadas de petróleo no mundo, representando cerca de 12% do total mundial. (OPEC, 2014). Ainda, seu petróleo é de boa qualidade e sua extração não é difícil – apesar de, à época, as sanções impedirem a extração de boa parte. Assim, uma vez substituído por meio de ações estadunidenses, o regime de Saddam Hussein daria lugar a um Estado cujas ações satisfariam aos Estados Unidos, bem como a sua indústria petrolífera (MANN, 2004).

¹¹ Os sunitas representam a maior vertente islâmica, são ortodoxos e acreditam que os sucessores de Maomé, mesmo que não sendo seus descendentes diretos, possuem legitimidade. Por sua vez, os xiitas, que representam a segunda maior vertente religiosa islâmica, acreditam que os verdadeiros sucessores do profeta Maomé seriam de sua família, começando por seu genro Ali. No Iraque, entretanto, os xiitas representam maioria populacional (cerca de 60%), enquanto os sunitas, apesar de politicamente dominantes até 2003, compõem apenas 20% de sua população.

¹² Essa marginalização encontrou inspiração e legitimidade em Sykes-Picot, uma vez que o acordo previa que haveria, no mandato iraquiano, uma espécie de suserania de líderes locais. Em outras palavras, os membros escolhidos para compor o corpo administrativo do Estado seriam legitimados pelos britânicos e sua soberania seria dependente dos almejos da potência. Os escolhidos eram, em sua maioria, sunitas (que representavam, à época, apenas 20% da população total iraquiana). Neste ato já se pode notar o favorecimento de um grupo (sunita) em detrimento de outros (com destaque o xiita), algo que no futuro acarretaria na construção da política sectária de poder no Iraque (TRIPP, 2007; KEEGAN, 2005).

¹³ Vale ressaltar que protestos empreendidos majoritariamente por jovens contrários a serviços insuficientes, repressão policial e corrupção se manifestaram em outras cidades iraquianas como al-Kut e Basra desde 2010 (WIMMEN, 2014).

¹⁴ Entende-se, como consequência, a razão pela qual no ano de 2016 o Iraque ocupa o 11º lugar no índice Fragile States Index, demandando alerta máximo, uma vez que sua economia está em declínio, há uma quantidade elevada de refugiados, a segurança é precária, a baixa qualidade dos serviços públicos é repudiável, o Estado está dividido em facções, bem como serem constantes as intervenções externas e as violações aos direitos humanos. O Fragile States Index (FSI) é desenvolvido de modo a evidenciar as fragilidades dos países e, concomitantemente, a encorajar debates e ideias com fins de promover uma maior estabilidade a nível mundial. Para mais detalhes acerca do FSI, ver: <<http://ffp.statesindex.org/>>.

¹⁵ Como demonstra Wimmen (2014), o uso da violência se deu por meio de detenções arbitrárias e de ameaças de assassinato e estupro.

¹⁶ Os acordos secretos de Sykes-Picot foram estabelecidos ente a França, a Grã-Bretanha e Rússia de modo a dividir, o Império Otomano em zonas de influência. Não muito depois, apenas França e Grã-Bretanha persistiram nessa tarefa, visto que a Rússia se engajou em transformações estruturais internas a partir de 1917. O primeiro ponto nos acordos já deixa explícito que a França e a Grã-Bretanha se consideravam preparadas para “[...] to recognize and protect an independent Arab State or a Confederation of Arab States in the areas (A [French]) and (B [British]) [...] under the suzerainty of an Arab chief. (SYKES-PICOT AGREEMENT, 1916, [s.p.]). Em tradução livre “[...] reconhecer e proteger um Estado Árabe independente ou uma Confederação de Estados Árabes nas áreas (A [francesa]) e (B [britânica]) [...] sob a suserania de um líder árabe.” (ACORDO DE SYKES-PICOT, 1916, s.p, tradução nossa).

¹⁷ Comunidade muçulmana.